

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO V—Número 15580

Domingo, 20 de Janeiro de 1924

PREÇO — 20 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.º — LISBOA — PORTUGAL

TELEFONE—5339-0

Officinas de Impressão—Rua de Atalaya, 114 e 115

Triunfou a solidariedade internacional do proletariado: Nicolau e Mateo foram indultados!

Um triunfo do proletariado

Devido à pressão do operariado de todo o mundo o rei de Espanha assina o indulto de Mateo e Nicolau

Deve estar contente a esta hora o proletariado internacional. Pedro Mateo e Luiz Nicolau Fort, os dois sindicalistas espanhóis, condenados à morte por um tribunal que não teve escrúpulos de saltar sobre a flagrante falta de provas, foram agora indultados. As suas vidas estão salvas. O crime não se consumou.

Miscaramam o indulto com a piedade real—uma piedade dum rei que não teve piedade para com Francisco Ferrer y Guardia, de inocência igualmente comprovada!

O proletariado bem sabe que os reis não tem piedade para com os seus súbditos. O proletariado bem sabe que se não tivesse erguido em todo o mundo o seu protesto veemente esses inocentes, a esta hora, jaziam inertes e frios, perdidas as suas vidas para sempre.

Que não eram Pedro e Nicolau os culpados bem o sabiam as autoridades espanholas. O depoimento de Casanellas, refugiado na Rússia, é bem eloquente. Ele, e só ele Casanellas, foi o autor do atentado contra Eduardo Dato.

Quem tivesse seguido com atenção as

diversas fases do julgamento verificaria, como o próprio delegado do ministério público o disse, que não se produzira uma única prova contra Pedro e Nicolau. Entretanto a justiça burguesa como não se podia vingar em Casanellas, refugiado na Rússia, escolheu os dois operários para neles saciar a sua sede de vingança.

Mas logo em todo o mundo a voz indignada do operariado se fez ouvir. Na França, na Alemanha, na Norte América, na Argentina, no Brasil, em África, por toda a parte o coro de protestos foi unânime e forte. E cedendo à pressão moral exercida por esses protestos, o rei de Espanha indultou os condenados.

Não é ao rei que eles devem a salvação das suas vidas, mas à solidariedade dos trabalhadores, cada vez mais forte, mais consciente.

Os inimigos do proletariado verificam que o seu poder vai diminuindo gradualmente, à medida que os trabalhadores vão estreitando por cima das fronteiras e das ridículas convenções dos fracos fortes da solidariedade.

A Espanha reaccionária viu, com trai-

va, que já não podia dispor a seu bel-prazer da vida dos dois inocentes, com a mesma facilidade como dispôs da vida de Ferrer.

O poder da solidariedade operária vai sendo tam forte e tam respeitável que as autoridades dos Estados Unidos estão hesitando em fazer sentar na cadeira eléctrica outros dois condenados inocentes—Sacco e Vanzetti. Os anos vão decorrendo e eles não tomam uma resolução.

Estes factos denunciam uma força formidável e sempre crescente, preparada dia a dia, minuto a minuto, a queda dum sociedade assente em bases fráguas.

O indulto de Mateo e Nicolau, como a absolvição de Germon Berton, como o adiamento constante da execução de Sacco e Vanzetti são para o operariado de todo o mundo pequenos triunfos morais, prelúdios dum triunfo total e definitivo.

Pode felicitar-se o proletariado português por vir colaborando com energia e prontidão na luta contra a iniquidade que os trabalhadores do mundo inteiro veem nobremente mantendo.

A COMPRESSÃO DE DESPESAS

Poupa-se o orçamento da guerra e sacrifica-se o orçamento da instrução...

A compressão de despesas do actual governo, longe de produzir resultados benéficos para a bolsa dos contribuintes apenas causou alegria, e alegria relativa às chamadas forças vivas. Representa acima de tudo que a emanção da vontade das aludidas forças vivas é tam poderosa que curvando os ministros, fez curvar o poder do Estado. Luís XIV, o rei Sol, pronunciou um dia esta síntese de poder absoluto: —O Estado sou eu. As forças vivas, que são o Luís XIV, o rei Sol da nossa época podem exclamar: —«O Estado somos nós». E são, São o Estado e pretendem ser o país. O destino e a vontade, a saúde e a vida de seis milhões de habitantes estão sendo, cada vez mais uma dependência exclusiva da sua vontade.

Todos devem recordar-se dos chamados congressos económicos, assembleas magnas compostas por industriais e comerciantes, por toda a espécie de capitalistas. Nessas reuniões, invariavelmente assistidas por ministros, trouxeram-se em todos os tons o estralho raivoso: «a redução das despesas do Estado». Está feita ou antes está quasi concluída a expressão da vontade das forças vivas. Entrou-se nas medidas reclamadas pelos que vivem de explorar toda a população do país.

O pensamento das forças vivas sobre a vida é tudo quanto há de mais simples, ganhar a maior porção de dinheiro ao povo e dar o menos possível ao Estado. O pensamento do actual governo afina pelo diapasão das chamadas forças vivas arrancar o máximo dinheiro aos contribuintes e retribuir-lhes o menos possível.

No orçamento do Estado há um ministério onde de preferência se devia cortar: o da guerra. Outro orçamento que de preferência se devia aumentar: o da instrução.

Sucedeu exactamente o contrário. O orçamento da guerra foi

poupado. Essa generosidade ainda obedece ao desejo, ao pensamento das forças vivas. No exército—de sejam e pensar elas—não se toca com uma flor, quanto mais com uma redução. Deixem o exército tranqüilo e contente. Não lhe toquem, não lhe mexam! As forças vivas sentem muita necessidade de todas as suas espingardas e das espadas a que elas obedecem. Quanto à instrução... As forças vivas pensam, orgulhosamente, patrioticamente, que um pouco quanto mais ignorante mais obediência. As tiranias assentam na obediência. A melhor obediência é a que não raciocina. E a ignorância é incapaz dum boa reflexão.

O país, assim como está, é que convém. A ignorância é um filho inextinguível. As forças vivas não agrada, pois, a instrução. E, em obediência a esse desagradado, o ministério da instrução é um dos mais atingidos pela chamada compressão de despesas.

As escolas Primárias Superiores foram para e simplesmente suprimidas. Para tapar a boca aos prejuizos causados e aos protestos dos prejudiciados e dos que sensatamente discordam de semelhante medida, fala-se em arranjar modo de as substituir. Sobre esse modo de substituir o actual ministro da Instrução actual precisa a sua ideia. Limita-se a anunciar, muito no vago, muito no ar... Concretamente: deitam-se abaixo, dum assentada as Escolas Primárias Superiores. Absolutamente: promete-se encontrar maneira de evitar os prejuizos que essa destruição acarreta.

Podem esperar os prejudiciados a efectivação da promessa. De resto essa falta de efectivação da promessa ainda corresponde ao desejo e pensamento das forças vivas.

Pois as forças vivas podiam já agora concordar com a existência das Escolas Primárias Superiores.

A arte e os artistas

Os quadros de guerra de Sousa Lopes — são uma boa apologia da paz —

Filho de Almeida, crítico mordaz que, com tanto talento errou minuita vez nos seus juizos, teve entretantoto, uma opinião que nos parece cordata. Defende o critério de arte, em literatura, cada assunto deve ser tratado num estilo próprio, que correspondesse inteiramente ao seu carácter. Nós vamos mais longe e levamos este critério para as artes plásticas. Chegamos mesmo a afirmar que há assuntos que nem todos os artistas podem interpretar, mesmo que eles se equivalessem, dentro das tendências especiais de cada temperamento.

Assuntos delicados, leves, não podem ser tratados por um artista forte, de estilo rude e agressivo, embora a este seja no seu género um verdadeiro génio. É frequente, entretanto, ver os que, pelo seu temperamento, apenas deviam dedicar-se a assuntos lúcteis, abançarem-se a interpretar o *sujet* grandioso.

Felizmente não aconteceu isso, entre nós, com o grande, o formidável assunto da nossa época — a guerra.

Os episódios da luta sanguinolenta da Flandres não poderiam nunca encontrar bons intérpretes nos modernistas, por exemplo, cuja arte procura de preferência os assuntos de paz, cuja arte não pode pertencer a uma era que nós devemos considerar morta, mas sim a uma época nova de paz propicia ao desenvolvimento da graça, da fragilidade e da beleza leve que encanta. O pintor Sousa Lopes é um artista de fincaçada larga, certeira e violenta. Por isso o seu temperamento e a sua técnica souberam recolher as sensações de angústia, de miséria, de lama e dor da grande luta fratricida. Difícil seria encontrar, entre os nossos pintores, quem melhores qualidades tivesse para ir aos campos de combate pintar os grandes assuntos guerreiros. Ele é novo, e é hábil no seu «melier». A sua pintura tanto vive da beleza da cor que ele traz do seu sentimento, como do vago sentimento de melancolia e tristeza, de dor, de tragédia que se desprende do ambiente das trincheiras.

Os quadros de guerra são feitos, sob uma pressão nervosa absorvente, traçados em apontamentos rápidos, ou por vezes apenas fixados na retina para mais tarde no sossego e na calma do atelier se reproduzirem.

Só um destro desenhador, de raras faculdades de visão e execução pode com segurança triunfar das dificuldades do assunto guerreiro, cheio de imprevisíveis. O sr. Sousa Lopes, antes de pintor, é um desenhador vigoroso; os seus grandes *panneaux*, vivem sobretudo do desenho consistente, forte. Mesmo ao dar colorido, embora pareça um paradoxo esta nossa afirmação, o sr. Sousa Lopes desenha—desenha com a cor. Por isso os seus quadros, quanto a técnica, tem uma base sólida.

Quanto à interpretação sentimental da guerra, podemos classificá-la de verdadeira e humana.

E por ser humana, os patriotas julgá-la-hão mentirosa; os militaristas apodá-la-hão de falsa.

Aquele velho critério artístico que os pintores tinham acerca da guerra não se encontra na pintura de Sousa Lopes. Nada de atitudes arrogantes, de oficiais erguendo a espada e comandando os soldados de olhos abrasados de exaltação e ódio, nada de cavalos espintando garbosos, nem de clarins brilhando ao sol. A guerra que Sousa Lopes nos trouxe nas suas telas é a guerra de hoje repugnante de lama, hostil nos horizontes de neblina, em cujos fundos se recortam silhuetas vagas e tristes, descaídas para a terra, cabeças pendentes sob o peso do horror, atitudes de forçados, de grilhetas, de condenados.

Desde os grandes *panneaux* onde as vivas choram junto dum canhão brutal, desde os exércitos que marcham tristes sobre a neve que cobre a terra com a sua mortalha fria, sob um céu plúmbeo e pesado, até às águafortas onde rastejam os herbívoros em atitudes cobardes, ou arrastam os feridos em macas de campanha, só a dor, só a angústia se evolvem nos invadidos, e nos apertar a alma num véu asfixiante de horror.

Os quadros de Sousa Lopes destinavam-se ao Museu de Artilharia. Por serem verdadeiros, por serem humanos melhor lugar não podia haver para eles senão esse lugar público. A sua contemplação é-lhe. O povo que os vir sentirá pela guerra uma repugnância instintiva. Aqueles quadros da guerra contribuem para a paz; não exaltam militarismo, criam pacifistas.

Mário DOMINGUES

A prisão dos delegados portugueses em Sevilha

Declaração do director da P. S. E.

Ainda se encontram detidos em Sevilha os nossos camaradas Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa. A arbitrariedade, onde repletos, uma arbitrariedade, não fomos feitos interrogatórios as razões que nos levaram a Sevilha. Exporam o que se aqui já temos referido. Foram áquela cidade para estreitar relação, e entre as duas Centrais Operárias para efeitos da organização ibérica, questão de salários, horário de trabalho e outras questões de interesse para o proletariado dos dois países. Quando lhes perguntaram sobre a famosa atoarda da revolução ibérica salientaram o absurdo de tal ideia e a sua não convicção num movimento revolucionário que só na imaginação policial existia.

O conselho jurídico da C. G. T. avisou-nos o director da P. S. E. No decurso da entrevista aquela a autoridade declarou que mandou para as autoridades espanholas esclarecimentos comprovativos da inculpabilidade de Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa. Declarou também que eles deviam ser postos na fronteira, não podendo ser extraditados por não terem cometido o menor delito.

Estas afirmações do director da P. S. E. demonstram suficientemente a iniquidade cometida pelas autoridades espanholas.

FARO, 17.—Numa reunião do Sindicato da Construção Civil, e depois de tratados vários assuntos respeitantes a classe, foi por Aníbal de Caminhos e Pereira apresentada a seguinte resolução: —Tendo em consideração o crime de que estão sendo vítimas os camaradas Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos, há já bastante tempo presos nas masmorras espanholas contra todos os direitos da Humanidade e dos cidadãos, a classe dos operários da Construção Civil de Faro resolveu protestar energicamente contra esse crime iníquo e empenhar todos os esforços para que a sua libertação em breve seja um facto.

Foi ainda apresentada omtra moção pelo mesmo camarada cujo teor é o seguinte: —A assembleia geral da C. Construção Civil de Faro resolve saudar todos os trabalhadores do mundo e se saudar também *A Batalha*, único jornal que defende em Portugal a organização operária.

CONFERÊNCIAS

Na Sociedade de Geografia

O professor norte-meridional, senhor Shroeder, realiza amanhã, na sala Algarve, da Sociedade de Geografia, pelas 21 horas, a sua conferência sobre os processos de educação física na América do Norte. Assiste o ministro da Instrução

Operários das obras do Estado

O delegado do Conselho de Secções do S. U. C. Civil juntamente com a comissão de melhoramentos do Sindicato dos Aparelhadores e Encarregados das Obras do Estado, entrevistaram antes do Parlamento o sr. Barros Queiroz, presidente da comissão de finanças, assim como o sr. Ferreira de Mira, membro da mesma comissão.

Os delegados daqueles dois organismos fizeram ver a esses senhores que já era grande o número de operários que estavam sem trabalho por motivo de a proposta para o reforço de verba não ter ainda sido aprovada no Parlamento devido à comissão de finanças não ter se despatchado.

Pelo sr. Barros Queiroz foi respondido que já imediatamente fazer reunir a comissão para relatar a proposta para que ela subisse o mais depressa possível à câmara dos deputados e que estava pronto a auxiliar a pretensão dos operários pois que ela era em todo o ponto justa.

O sr. Ferreira de Mira também prometeu à comissão todo o seu auxilio à reclamação.

Depois da entrevista, a comissão veio para o Largo das Côrtes dar conta das «demarches» à grande quantidade de operários e inválidos que ali se encontravam.

Amanhã continuam os mesmos delegados a entrevistar os restantes deputados, convidando-se por isso todos os operários e inválidos que estão licenciados a comparecerem no Largo das Côrtes, pelas 14 horas.

O nosso folhetim

Devido a um lapso de paginação saiu ontem publicado o folhetim que devia sair hoje.

É portanto o n.º 51 o folhetim que hoje publicamos e 52 o que foi publicado ontem.

Que nos desculpem os leitores este engano, aliaz, de facilidade.

Uma festa artística para a publicação dum revista libertária

No dia 9 de Fevereiro próximo realiza-se no teatro Gí Vicente, a festa que o grupo «Claridade» promove a favor da revista que pretende publicar. A companhia do teatro desempenhará a excelente peça de Joaquim Dinca, «João José», sendo provável que um militante anarquista faça uma pequena palestra sobre os objectivos filosóficos e literários da revista.

Os bilhetes encontram-se à venda na administração de *A Batalha* e no quiosque Sanches, na Avenida da Liberdade e serão colocados em estabelecimentos que oportunamente se anunciarem. Também podem ser procurados nos computadores do grupo «Claridade».

Na 10.ª página

A «Internacional» desta vez não foi redigida por traduções, mas preenchida por sovas tremendas. Na burguezia, não, amigos. Na conferência inter-sindical, nas Juntas Sindicais, nas Cámaras Sindicais, na orientação da C. G. T. na «Batalha» e nos anarquistas. No nosso jornal nem os próprios colaboradores, que nunca se envolveram em questões de tendência, escaparam. E bem feito. Para que vieram eles combater nesta linha aguerida mas escumagada? Há lá bordada bravia que chega para todo e para todos. Os artigos nunca acabam; os da 1.ª cortam a fechar na 3.ª página; há um da 2.ª que foge para a 6.ª e outro que encerra com um terrível: «continuar-se-há». Esse naturalmente será com o rolar do tempo transformado em folhetim. Só a burguezia, a patifa, não apantou bordada. Foi por falta de espaço, porque nós levamos quasi todas as páginas a receber reprimendas veementes. Sem intuito despirrososo e sem imitar—a «Internacional» esta nossa réplica continua na 10.ª página por falta de espaço nas restantes...

Um plagiador

Da ilha da Madeira, envia-nos o sr. Albino de Menezes a seguinte carta que passamos a publicar: —É-me indispensável recorrer à benevolência de V. Ex.ª para tornar público por intermédio do seu jornal que o excerpto de um recente livro do sr. Luis d'Oliveira Guimarães inserido na 3.ª página do *Diário de Lisboa*, n.º 830 de 28 de Dezembro último, sob o título *Psicologia do Riso*, representa uma pastiche absolutamente flagrante de um trabalho meu. Com efeito, no n.º 3006 de 25 de Maio último, e noutros números do mês de junho, do *Diário da Madeira*, publichei em, assinado com o meu nome, *Ensaio para um estudo de observação psicológica, trabalho de oficina de Lisboa* para composição tipográfica de um livro que não chegou a publicar-se. Havendo de mãos o *Diário da Madeira* os seus folhos impressos do meu livro, o sr. Luis d'Oliveira Guimarães, abusivamente se apropriou da minha prosa, plagiando-me tudo o assunto, o estilo, o processo de composição, as ideias e imagens. Nada tem o jornal de V. Ex.ª que vê com este caso, mas tratando-se de um abuso de confiança, fraude ou furto, que em matéria literária se chama plágio, é-me necessário interessar neste assunto a opinião pública, a fim de que vindo em oportuna publicar em livros o meu trabalho, não seja tomado à conta de plágio quando na verdade eu sou o plagiado.—Albino de Menezes.

Não estranhemos a queixa, visto o sr. Oliveira Guimarães ser um triste e enfadado plagiador do sr. Júlio Dantas. Quanto ao plagiador, colocamo-lo ao nível moral que lhe é próprio. Furtar um pão quando se tem fome, compreendemos. Furtar uma ideia quando se não possui nenhuma é um triste exemplo de degeneração moral que nos incomoda e por vezes nos irrita. Se o plagiador é cabotino, é Oliveira Guimarães, o caso torna-se principalmente aborrecido, porque na realidade, não há nada mais prejudicial a quem trabalha que as pessoas que escrevem e nada têm que dizer. O exemplo do sr. Albino de Menezes o comprova...

A situação da Alemanha

A questão do Palatinado LONDRES, 19.—O *Daily Telegraph* informa que o relatório do sr. Clive, consul de Inglaterra em Munich, acerca da situação do Palatinado, chega à conclusão de que não existe qualquer justificação para o estabelecimento de um governo autónomo no Palatinado, embora exista realmente em certos meios uma forte corrente partidária da separação do Palatinado da Baviera. O referido jornal diz ainda que o governo inglês resolveu realizar um inquérito técnico na Renânia.

A atitude da França

BERLIM, 19.—Dizem de Kaiserlautern que as autoridades francesas evitaram pela força que a população do Palatinado fizesse manifestações de agrado ao consul de Inglaterra em Munich, sr. Clynes, encarregado pelo seu governo de proceder a um inquérito sobre a situação política naquela região.

As regiões devastadas

PARIS, 19.—O *Petit Parisien* noticia que a comissão parlamentar de inquérito às regiões devastadas, tem recebido até agora mais de 18.000 pedidos de indemnização de propriedades que sofreram prejuizos de toda a natureza, e que esse numero tem tendências para aumentar.

LEIAM AMANHÃ O Suplemento literário

— DE —

A BATALHA

SUMARIO

- A pena de morte — O absurdo da sua aplicação na nossa época.
- A república e a instrução do povo — A propósito da ameaça de encerramento da Universidade Popular Portuguesa.
- As transformações sociais, pelo Dr. Carneiro de Moura.
- Parlamentarismo e ditadura, pelo Dr. Campos Lima.
- Não matarás, trágico-farça de César Pôrto (continuado dos números anteriores).
- Música moderna — O que se tem feito em Portugal e o que há a fazer, por Nogueira de Brito (com ilustrações).
- A voz eloquente do vento — O bailado da corrupção, por Mário Domingues.
- Semana teatral — Crítica da peça *Cristalina*, dos irmãos Quintero, pelo dr. Adolfo Lima.
- Dois anos de assassinatos — Os crimes dos nacionalistas alemães em nome da Ordem.
- Chico, Zecas & C.ª — Página infantil (com gravuras).
- Proudhon e seus filhos — Célebre quadro de Coubert.
- Fotografia artística — Cliché de A. Santos.
- Aurora! — Alegoria.
- A arte e o trabalho — Os caldeiros, quadro de David de Melo.

QUER PELA PROFUNDA E ESCOLHA DAS SUAS ILUSTRAÇÕES. QUER PELOS ASSUNTOS DE FLAGRANTE ACTUALIDADE QUE TRATA, O NUMERO DE SEGUNDA FEIRA, DO SUPLEMENTO DE «A BATALHA» É UM DOS MELHORES DO ATÉ AGORA PUBLICADOS

OS RADICAIS

Realizam hoje uma manifestação a S. Julião da Barra

Realiza-se hoje, promovida pelas comissões políticas do partido radical, uma manifestação aos oficiais e militares que se encontram detidos em S. Julião da Barra como implicados no movimento revolucionário de 10 de dezembro do ano transacto.

Os manifestantes reúnem-se na estação do Cais do Sodré 15 minutos antes do comboio que parte às 12.45.

Os centros radicais convidam os seus sócios a incorporar-se na manifestação e os que o não puderem fazer a enviar telegramas.